

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41034	53984/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1 / 1)  
Presidente da Câmara Municipal  
Data Assinatura: 12/02/2025  
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e669c031f9



## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/3439	1551/2024	Fiscalização de operações urbanísticas
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Processo: 1551/2024

Assunto: Reposição da legalidade urbanística

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

De acordo com a informação que antecede, somos a propor que seja determinada a reposição da legalidade urbanística no local em apreço, nos termos do *artigo 102.º A da RJUE*, na sua redação atual, conforme parecer técnico da DMGT, devendo o proprietário do prédio em apreço, ser notificado, nos seguintes termos:

- Na sequência da ação inspetiva efetuada pela Divisão de Fiscalização deste Município resultou a informação cuja cópia segue sob *"Anexo I"* (inf. n. 7711 de 30/01/2023).

Com vista à reposição da legalidade urbanística, nos termos do *n.º 1, do artigo 102.º A da RJUE*, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar:



i) a legalização das obras de ampliação e construção de anexo, concretizadas no local em apreço sem o devido controlo prévio, em conformidade com a informação técnica dos Serviços de Urbanismo, cuja cópia segue sob “Anexo II” (inf. 98913 de 5/10 /2024) **ou, em alternativa:**

ii) a execução de trabalhos de correção da desconformidade verificada.

Assim, dispõe V. Exa do prazo de 15 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os *artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA)*, na sua redação atual.

Findo o prazo, sem que V. Exa se pronuncie, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo a partir daí o prazo de **90 dias úteis para proceder voluntariamente a uma das ações acima identificadas.**

Caso assim não proceda, este Município ponderará, posteriormente, entre:

a) Se possível, a legalização oficiosa com taxas especialmente agravadas e exigir o respetivo pagamento ao seu proprietário, de acordo com o *n.º 8 do artigo 102.º A do RJUE, na sua atual redação;*

b) A demolição das obras coercivamente, nos termos da al. e) do n.2 do artigo 102.º e artigos 106.º, 107.º e 108.º do RJUE, na sua redação atual e a realização de trabalhos de correção nos termos da al. c) do n.2 do artigo 102 e artigos 105.º, 107.º e 108.º do mesmo diploma legal.

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

